

# EDUCAÇÃO E TRABALHO NO COMÉRCIO: UMA INCURSÃO NO TEMA E UMA ABORDAGEM A PROPÓSITO DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO NO SETOR COMERCIAL DE MOSSORÓ-RN<sup>1</sup>

## EDUCATION AND WORK IN THE TRADE SECTOR: A FOCUS ON THE SUBJECT AND AN APPROACH ABOUT A RESEARCH IN THE TRADE SECTOR OF MOSSORÓ CITY-RN

*Ivonaldo Leite\**

### RESUMO

Decorrente de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, voltada ao estudo das necessidades de qualificação profissional no comércio da cidade de Mossoró-RN, o trabalho é estruturado a partir de um triplo procedimento metodológico: revisão da literatura, análise documental e entrevistas semi-estruturadas (com trabalhadores e empresários). O texto respalda-se, portanto, em dados primários e secundários. Assim, descreve-se a constituição do mercado de trabalho, conforme diferentes enfoques, e discute-se as transformações pelas quais ele tem passado, estabelecendo-se uma conexão com o setor comercial. Assinala-se que este, mesmo que de forma diferente do setor industrial, também tem vivenciado um processo de reestruturação, donde resultam um redimensionamento dos empregos, surgindo novas demandas no que se refere ao perfil ocupacional, bem como novas modalidades de contratação da força de trabalho. Nesse quadro, registram-se então os discursos em torno das necessidades de qualificação dos comerciários. No caso da cidade de Mossoró, os dados até agora obtidos revelam, por exemplo, que: 1) o recrutamento provisório de mão-de-obra tem aumentado; 2) tem-se buscado intensificar a obtenção de rendimentos dos comerciários; 3) são referidas necessidades de qualificação profissional no que se refere ao aspecto sociocomportamental (relações humanas) e ao domínio da língua inglesa.

*Palavras-chave:* Trabalho; Educação; Comércio; Reestruturação; Qualificação Profissional.

<sup>1</sup> O presente trabalho decorre de um projeto de pesquisa que se encontra em desenvolvimento no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Norte (UERN), sob os auspícios do CNPq-PIBIC, tendo como bolsista a acadêmica Valquíria Fernandes S. Lemos.

\* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: ivonaldo\_leite@yahoo.com.br.

## ABSTRACT

This paper results of a research about professional qualification in the trade sector of Mossoró city, RN, Brazil, which was not yet concluded. It is produced under the support of a bibliographical revision on that subject and of an analysis of documents and interviews, which were accomplished with some employees and employers. So the article describes the constitution of job market, discusses its actual transformations and affirms that the trade sector has also been transformed. In this sense, it focuses, for instance, the new professional demands, the new modalities of job and the necessities of qualification in the trade sector. The paper reveals the following phenomena in the trade sector of Mossoró city: 1) the unstable jobs have increased; 2) the employers have intensified the extraction of revenue of labour power; 3) there are necessities of professional qualification in dimensions as organizational culture and English language.

*Keywords:* Work; Education; Trade Sector; Productive Reconfiguration; Professional Qualification.

## 1. INTRODUÇÃO

**P**rocurando constituir, como um todo integrado, o corpo que seu título nomeia, o presente texto estrutura-se em três momentos: No primeiro, passa-se em revista as discussões sobre mercado de trabalho;<sup>2</sup> no segundo, realiza-se uma apreciação geral do modo como se tem configurado a relação educação e trabalho no comércio; e no terceiro, especificando-se o escopo da focagem, aborda-se essa relação no âmbito do comércio da cidade de Mossoró-RN.

## 2. MERCADO DE TRABALHO: FORMULAÇÕES E PERSPECTIVAS

A representação tradicional do mercado de trabalho desenvolveu-se sob o foco da **Escola Neoclássica**. Na sua versão econômica, uma vez que também existe uma versão com a mesma denominação em Administração, a **Escola Neoclássica** tem como representantes, dentre outros, William Jevons, Alfredo Marshall e Vilfredo Pareto. É também conhecida como **Escola Marginalista**, por se fundamentar numa concepção subjetiva do valor da utilidade marginal para reelaborar a teoria econômica clássica. Os neoclássicos negam a teoria do **valor-trabalho** da economia clássica, substituindo-a por um fator subjetivo, isto é, **a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer às necessidades humanas**. Põe em relevo que o mecanismo da concorrência (ou a interação da oferta e da demanda), explicado a partir de um critério psicológico (maximização do lucro pelos produtores e da utilidade pelos consumidores), é a força reguladora da atividade econômica, capaz de estabelecer o equilíbrio estático entre a produção e o consumo. Trata-se de uma abordagem eminentemente microeconômica, baseada no comportamento dos indivíduos e nas condições de um equilíbrio estático, estudando os grandes agregados econômicos a partir desse ponto de vista e com o uso da matemática, sustentando como postulado a idéia de **concorrência perfeita** (SANDRONI, 1996; HEILBRONER, 1996). Assim, concebe-se o funcionamento do mercado de trabalho num quadro de homogeneidade decorrente do comportamento racional da oferta e da procura, tendo em referência pressupostos como: 1) A atomicidade da oferta e da demanda de trabalho, resultante de uma percepção individualista da realidade social; 2) a definição do salário como um fator regulador entre oferta e

<sup>2</sup> Nessa parte, retomo basicamente a abordagem que desenvolvi noutro trabalho de investigação. Ver Leite (2003).

demanda; 3) a disponibilização de informações exatas sobre o mercado de trabalho pelos agentes econômicos; 4) a total mobilidade da mão-de-obra, que garantiria a capacidade de adaptação por parte do mercado de trabalho; 5) a autonomia entre a oferta e a demanda de trabalho, na medida em que esta dependeria de preferências individuais e aquela seria resultado das condições técnicas de produção. De outra parte, cabe registrar que embora se utilize a expressão **mercado de trabalho**, deve-se reconhecer pertinência ao uso da noção **mercado de emprego**, visto que **trabalho** é mais do que **emprego**. A assinalar também que há quem prefira a categorização **sistema de emprego** (RODRIGUES, 1996).

As **Teorias da Segmentação** rompem com a referida compreensão de mercado de trabalho. Estas apontam a profunda plurissegmentação do mercado de trabalho, e o que efetivamente as distingue, superando a abordagem neoclássica, é a negação do enfoque em termos de ajustamento entre a oferta e a demanda. Concebem o mercado de trabalho como uma articulação de cadeias de mobilidade nas quais a mão-de-obra é inserida, e não como um organismo de distribuição aleatória de pessoas pelos empregos (DOERINGER & PIORE, 1971; PIORE & BERGER, 1980).

Quer dizer, metodologicamente, é necessário primeiro caracterizar os processos pelos quais os segmentos se diferenciam e constituem espaços hierarquizados de mobilidade, para só então explicar de que maneira os trabalhadores se encontram inseridos em tais segmentos. Interroga-se o mercado de trabalho a partir da sua heterogeneidade e pretende-se dar conta de fenômenos de descontinuidade nos princípios de determinação dos salários e de afetação da mão-de-obra aos empregos, pelo que o número de segmentos a descrever não pode ser fixado antecipadamente, donde se impõe como pertinente distinguir **duas abordagens sobre segmentação**. Uma que pode ser denominada como de **tipo nominalista**, e que faz uma distinção, no mercado de trabalho, entre um **setor primário** e um **setor secundário**, com o primeiro abrangendo os empregos melhor remunerados e o último sendo o oposto deste; e uma outra abordagem de **tipo compreensiva**, que proporciona a formulação de uma tipologia mais ampla do mercado de trabalho. Assim, esta última abordagem refere-se à divisão entre o setor primário e o setor secundário, acentuando uma subdivisão no primeiro, correspondente a um **primário inferior** e um **primário superior**, tendo como elemento que marca a distinção o fato de no **primário superior** se encontrarem os empregos ainda melhor colocados na hierarquia de vantagens e que requerem níveis mais elevados de escolaridade como condição de acesso.

A desigualdade entre salários é concebida como resultante das posições dos trabalhadores numa hierarquia que expressa uma progressão profissional e uma progressão nas organizações, tendo-se então que a relação entre salários e determinadas características dos trabalhadores é captada no espaço mais amplo de socialização profissional no qual os trabalhadores estão enquadrados (SILVESTRE, 1978). Como consequência, por exemplo, no setor primário, a socialização dos trabalhadores se apresenta como decorrência de fatores semelhantes a estratégias patronais e sindicais, normas burocratizadas condicionadas pelo caráter dos produtos, das tecnologias e pelas estruturas organizacionais das empresas, afluindo-se para a definição de um mercado de trabalho protegido.

As **Teorias da Segmentação** procuram, portanto, captar a heterogeneidade do mercado de trabalho e desenvolver um enfoque interdisciplinar, integrando processos ditos econômicos em processos de socialização. Todavia, primando por uma lógica descritiva, elas, como se refere Rodrigues (1996), deixaram de ter em conta questões como “a integração dos fenômenos de segmentação na dinâmica do conjunto do sistema econômico; as relações entre aparelho produtivo e as empresas, por um lado, e a mão-de-obra, por outro; o papel das forças de concorrência face às forças institucionais” (Ibidem, p. 28).

Tais questões são tidas em consideração pela Escola da Regulação,<sup>3</sup> nomeadamente naquilo que é a sua tentativa de captar a unidade do mercado de trabalho, pelo que, dentre outras coisas, os fenômenos de segmentação são integrados na dinâmica do conjunto do sistema econômico.

Os **teóricos da regulação** desenvolveram suas formulações tendo centralmente em conta a crise dos anos 1970 e as formas como as abordagens econômicas eram

---

<sup>3</sup> Para que se evite confusão com a forma como o termo **regulação** tem sido empregado na análise social do mundo de expressão portuguesa – a partir nomeadamente do *background* de Boaventura de Sousa Santos –, é importante dizer que, na perspectiva aqui em foco, ele é entendido de modo explicativo, ou seja, como conceito que procura abranger o conjunto dos mecanismos que explicam a reprodução do sistema econômico, considerando para tanto as estruturas econômicas e as suas formas sociais. Ao contrário do que é sustentado pela Escola Neoclássica, não se concebe o sistema econômico como auto-regulado pelo mercado, pelo que a noção de **regulação** não se confunde com a lógica deste e a sua **mão invisível**.

expressas.<sup>4</sup> Numa crítica direta à Escola Neoclássica, em 1976, Aglieta lançou **Regulação e Crise do Capitalismo**, em que denuncia a mesma como incapaz de explicar a história dos fatos econômicos e a sua incompetência para expressar o conteúdo social das relações econômicas e, portanto, para captar as forças e tensões de que é objeto a economia. Indo mais adiante no seu questionamento, frisa:

Todos os estudos que se inscrevem dentro do marco do equilíbrio geral adotam um princípio fundamental que se encontra na base de sua análise simplificadora: o sujeito econômico, como ponto de partida, é definido por um comportamento racional, característico da natureza humana, como um dado permanente e evidente por si mesmo; as relações econômicas se definem, seguidamente, como as formas de coordenação entre as condutas dos sujeitos, de caráter indeterminado e inalterado. Os debates teóricos versam sobre essas formas de coordenação e tendem a definir uma configuração de equilíbrio de caráter cada vez mais generalizado (AGLIETA, 1976, p. 5).

Tendo emergido sob o signo da crise, a preocupação da Escola da Regulação é explicar esta, dando conta do processo de reprodução do sistema, mas, ao mesmo tempo, ela também se assume como **prospectiva**, quer dizer, a crise é encarada não só como um complexo de bloqueios e de disfunções, mas, fundamentalmente, como um processo de experimentação social, no sentido de projetar um **outro modo de desenvolvimento**.

O ponto de partida dos **regulacionistas** é a intenção de ultrapassar a perspectiva individualista e a-histórica sobre o econômico, por via da caracterização das relações sociais com base nos conceitos de **modo de produção, de articulação de modos de produção** e de **acumulação de capital**, no âmbito de uma formação social historicamente determinada. Ressalta-se como marca distintiva do fordismo o fato de ele ter sido caracterizado por um **regime de acumulação intensiva com consumo de massa**.

<sup>4</sup> Mais precisamente: os principais conceitos manipulados pelos **regulacionistas** decorreram de uma pesquisa sobre a história do capitalismo norte-americano e francês, tendo por objeto a comparação das crises dos anos 1930/1970 e dos **regimes de acumulação/modos de regulação** que elas colocaram em causa. Há entre os membros da Escola da Regulação a adção de referenciais diversos, rompendo as fronteiras disciplinares. Como eles próprios afirmam: «(...) les théories de la régulation trouvent leur origine dans la confrontation et la transformation d'une série d'outils et d'approches différents. De la théorie marxiste elles retiennent l'intérêt pour les mouvements longs (...). De la macroéconomie hétérodoxe – d'ailleurs plus Kalecki que Keynes, il est retenu que le plein emploi et la croissance forte et stabilisée sont l'exception et non la règle. De l'école des Annales, les recherches prolongent les méthodes et les enseignements: si toute société a la conjoncture et les crises de sa structure, il importe d'analyser comment les diverses étapes du capitalisme industriel affectent cycles économiques et grandes crises. Du droit et de la science politique, les régulationnistes adoptent l'idée que les formes institutionnelles sont «un intermédiaire entre forces», c'est-à-dire qu'elles résultent de conflits entre groupes sociaux arbitrés par des processus politiques puis juridiques» (BOYER, 1995, p. 24-25).

tendo tal marca distintiva se traduzido numa revolução operada tanto nos princípios da organização da produção quanto nos princípios de organização do consumo e, em termos gerais, do modo de vida. Dessa maneira, conforme a Escola da Regulação, são estes princípios que permitem, por um período determinado, superar o conflito próprio de todo o processo de acumulação de capital entre o imperativo da **valorização** e as dificuldades de **realização**, isto é, o conflito entre a expansão das capacidades de produção, sob o aguilhão da concorrência, e a travagem da expansão do consumo causada pela pressão concorrencial em relação aos salários. Os **teóricos da regulação** batizam aqueles princípios de **formas institucionais**, sendo estas responsáveis pela indução de um **modo de regulação** suscetível de viabilizar um determinado **regime de acumulação**, como também, por outro lado, de o compelir para uma crise. São as **formas institucionais** que dão sustentação às **regularidades** que garantem a reprodução de um **regime de acumulação** – tendo-se daqui a particularidade do conceito de **regulação**.

Realça-se, portanto, que o sistema econômico é regulado por um conjunto de **formas institucionais** que, por meio de normas, compromissos e valores garantem a reprodução das relações sociais fundamentais e a congruência do regime de acumulação. Como **formas institucionais** básicas, são apresentadas cinco: 1) as formas de concorrência; 2) as formas de restrição monetária; 3) as formas de Estado; 4) a configuração da relação salarial;<sup>5</sup> 5) as modalidades de adesão ao regime internacional.

Para a Escola da Regulação, foi tendo em atenção tais **formas institucionais** que, nos anos 1930, se conseguiu ultrapassar a crise resultante dos problemas de realização do capital (de superprodução), na medida em que foram criadas novas **formas institucionais** que, superando o modo de **regulação concorrencial**, instituíram um modo de regulação de **tipo monopolista**. Donde se teve então um regime de **acumulação intensiva com consumo de massa**, engendrando um outro **modo de desenvolvimento**, conceito este que categoriza a conjunção de um **modo de regulação** e de um **regime de acumulação** (BOYER, 1986).

Assim, o que se verifica, no quadro da crise atual, é o colapso das **formas institucionais** acionadas para enfrentar a crise dos anos 1930, portadoras de uma **regulação**

<sup>5</sup> Essa é entendida como o “conjunto das condições jurídicas e institucionais que estruturam o uso do trabalho assalariado e a reprodução da existência dos trabalhadores. Nesse conceito, inscrevem-se não só os mecanismos de produção das qualificações profissionais (sistemas de formação), mas também as formas específicas de organização e ‘retribuição’ do trabalho e os modelos de consumo” (CORREIA, 1996, p. 126). A relação salarial pode ser decomposta em cinco componentes: “1) organização do processo de trabalho; 2) hierarquia das qualificações; 3) mobilidade dos trabalhadores (dentro e fora da empresa); 4) princípio de formação do salário (salário direto e salário indireto); 5) utilização do rendimento salarial (modelos de consumo)” (Ibidem, p. 126).

**monopolista.** Quer dizer, os bloqueios do **modo de desenvolvimento** advêm, principalmente, dos problemas de valorização do capital no contexto de uma regulação de **tipo monopolista.** Mas, nesse contexto, entendem os regulacionistas, as potencialidades das profundas mutações nos domínios tecnológico, social, financeiro e até geopolítico, para superar a crise, devem ser avaliadas pela sua capacidade em restaurar a concordância entre as perspectivas de rendibilidade e as antecipações da procura. Contudo, este é um problema que não tem solução única, implicando escolhas e **um enfrentar de forças no campo político.** É aqui que entra o ponto de vista prospectivo da Escola da Regulação, afirmando-se como crucial que o cientista social tente detectar em que medida emergem embriões de um **novo modo de desenvolvimento** na profunda experimentação em curso e, como decorrência, quais poderão ser as características desse **novo modo de desenvolvimento.**

Dessa forma, Robert Boyer, tendo presente a reconfiguração do mercado de trabalho, prospectivamente, apresenta cinco cenários de flexibilização, realçando a distinção entre uma flexibilidade defensiva e uma **flexibilidade ofensiva.** O quadro a seguir apresenta um panorama dos cenários.

### QUADRO 1

Cenários da flexibilização: flexibilidade defensiva e flexibilidade ofensiva\*

Cenários	Algumas Características
Cenário 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Um keynesianismo à escala mundial assegura uma retoma do crescimento.</li> <li>– Manutenção da relação salarial fordista, sofrendo apenas pequenas alterações.</li> </ul>
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Primazia do mercado e da liberalização como base da relação salarial.</li> <li>– Flexibilização concorrencial em estímulo à iniciativa privada.</li> </ul>
Cenário 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Revisão das opções tecnológicas e organizacionais conduz a uma estratégia de especialização flexível com base em equipamentos flexíveis.</li> <li>– Grandes grupos econômicos dominando redes de subempregada, tentativa de definir uma relação salarial intermediária entre o 1º e o 2º cenários.</li> </ul>
Cenário 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Intensa proliferação de formas precárias de emprego, aprofundamento da segmentação do mercado de trabalho.</li> <li>– Surgimento de relações salariais muito diferenciadas.</li> </ul>
Cenário 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Implementação da flexibilidade na organização produtiva através da negociação das suas formas.</li> <li>– Pressupõe, como objetivo político, que as desigualdades sociais não sejam agravadas. Os trabalhadores negociam as mutações nos métodos de produção, nas qualificações e nas carreiras profissionais em troca da estabilidade do emprego e do controle sobre tais mutações.</li> </ul>

Obs.: \* Quadro construído a partir de Boyer (1986).

No caso do Cenário 5, do que se trata é de inventar e de negociar formas de **flexibilidade ofensiva**, procurando-se, assim, evitar formas de **flexibilidade defensiva**, responsáveis pela promoção da precarização do emprego e pelas drásticas quebras dos salários. Classificando algumas situações nacionais a partir dos referidos cenários, de acordo com Boyer (1986), tem-se na França o Cenário 1, com oscilações entre o 4 e o 5; no Reino Unido, o Cenário 2; na Itália, o Cenário 3; e a Alemanha aparece como possível de ser vinculada ao Cenário 5, embora tendendo ao Cenário 4.

Quer dizer, a investigação da Escola da Regulação proporciona um panorama compreensivo da crise dos 1970. Ou seja, do esgotamento do padrão que, sob o fordismo, dava sustentação ao Estado de Bem-Estar Social, pondo fim aos chamados “trinta gloriosos anos” (HOBSBAWM, 1995; OFFE, 1989-1990; OLIVEIRA, 1988).

Trata-se, portanto, de reter que, no início dos anos 1970, diante da exaustão dos sistemas de câmbio fixo de Bretton Woods e da crise do petróleo – que desencadearam fenômenos como a pressão inflacionária, a diminuição do ritmo de crescimento econômico e as tendências de desemprego –, teve início a reviravolta antikeynesiana. Se, no princípio, a crise foi vista como um conjunto de perturbações localizadas e transitórias, decorrentes, por exemplo, do choque petrolífero, e que poderiam ser enfrentadas com políticas keynesianas, por volta de 1977, no entanto, surgiu a tese segundo a qual os salários eram, antes de mais, um custo que pesava sobre os resultados financeiros das empresas e sobre a competitividade da economia.

Registrava-se dessa forma a erosão dos mecanismos que foram acionados para gerir a crise dos anos 1930, e que resultaram num Estado com múltiplas funções conflituosas, decorrentes do fato de ter de atender às necessidades privadas do capital e às demandas sociais e públicas crescentes. Como realça Claus Offe, os impasses do Estado de Bem-Estar Social se acentuam sobretudo mediante a crise fiscal, que debilitou as possibilidades de ele cumprir as suas funções relativas ao capital privado e às demandas públicas, bem como através dos problemas de eficácia e de controle da planificação central, e nesse sentido a sua crise é também consequência dos problemas de legitimação. Em tal quadro, perante o reconhecimento do caráter estrutural da crise, surgiram iniciativas no sentido de introduzir mudanças de fundo, por exemplo, na esfera produtiva e na relação salarial, procurando realizar uma **reestruturação sistêmica** que, buscando apoio nas novas tecnologias, tinha a flexibilidade como lema.

Ao analisar tal situação, David Harvey sublinha que o núcleo do fordismo manteve-se forte até mais ou menos 1973, tendo-se iniciado a partir daí, na seqüência da

crise do Estado de Bem-Estar, um movimento de transição no interior do processo de acumulação de capital, inaugurando o que ele chama de **acumulação flexível**. Conforme a sua definição:

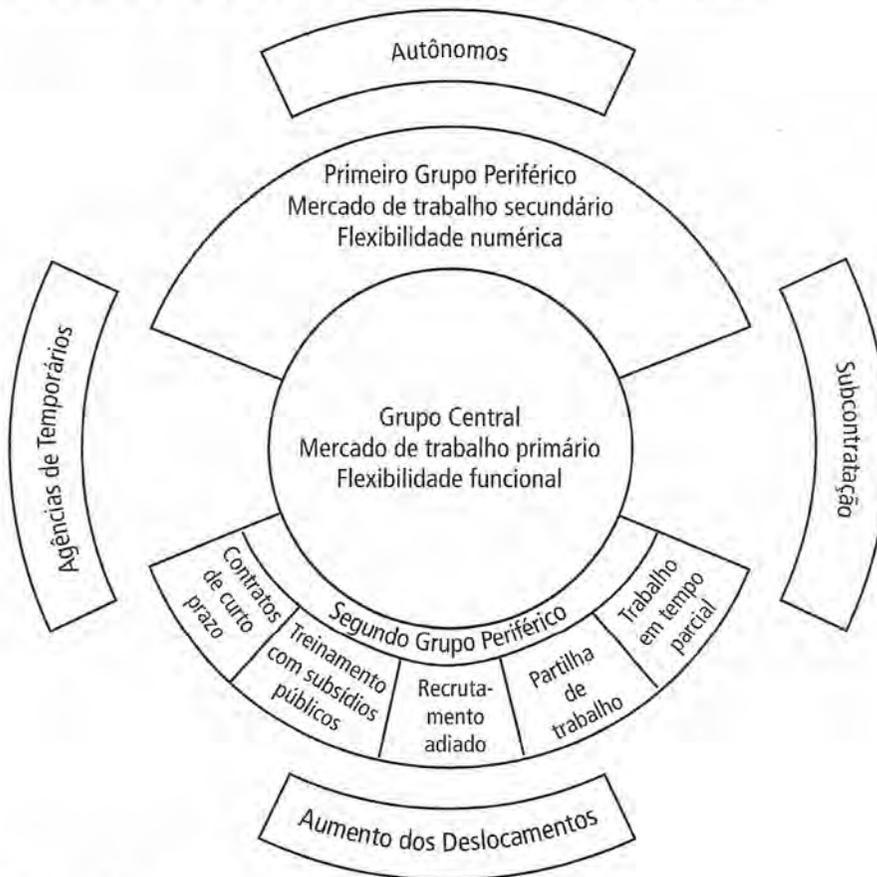
A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992, p. 140).

Na continuidade da sua argumentação, o autor diferencia-se tanto dos que entendem existir processos produtivos inteiramente novos, distintos das bases fordistas, como dos que não vêem novas e mesmo significativas transformações no interior do processo de produção. Dessa maneira, ele acentua a existência de uma combinação de processos produtivos articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais e tradicionais, que se apóiam na exploração do **trabalho vivo**. E destaca que:

O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. (...) O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo avançado. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita empreendedores capitalistas escolherem à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da “Terceira Itália”, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong” (Ibidem, p. 175).

Tudo isto culmina numa intensa reestruturação do mercado de trabalho, com esta podendo ser descrita, voltando novamente a Harvey, pela figura por ele apresentada sob a denominação de **Estruturas do Mercado de Trabalho em Condições de Acumulação Flexível**. Vejamo-la.

### Estruturas do Mercado de Trabalho em Condições de Acumulação Flexível



Fonte: Harvey (1992).

Numa leitura sintética da figura, o **centro**, como um grupo em redução, compõe-se de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para os planos de longo prazo da organização. Gozando de uma maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de outras vantagens indiretas, “esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (Ibidem, p. 144). Todavia, os custos potenciais do despedimento temporário de empregados do grupo central, em épocas de dificuldade, pode levar a empresa a subcontratar até para funções de alto nível, que incluem de projetos de propaganda à administração financeira, mantendo assim o grupo central de gestores relativamente pequeno. A **periferia**, por sua vez, é composta por dois grupos diferentes:

O primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. (...) O segundo (...) oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contratos por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico (Ibidem, p. 144).

Realizada esta *démarche*, importa, agora, averiguar como se tem configurado a relação educação e trabalho no comércio.

### 3. COMÉRCIO: REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A discussão acerca da reestruturação produtiva no Brasil encontra-se focada sobretudo na realidade do setor industrial. O que é algo problemático, visto que não é exequível a realização de transplante das abordagens aí desenvolvidas para o setor de serviços. Este, diante da diversidade de atividades que abriga, contemplando desde atividades de alto grau de formalização, como a financeira, até a prestação de serviços pessoais, não pode ser tratado como um segmento homogêneo.

Como partícipe do mercado internacional, o Brasil abre as suas fronteiras comerciais e promove, internamente, uma corrida das empresas para se tornarem competitivas. Assim, a necessidade de aumentar a competitividade – garantindo a qualidade dos produtos oferecidos e, ao mesmo tempo, os preços pautados pelos parâmetros internacionais –, adequando-se a um mercado cada vez mais restrito, é o principal fator que conduz as empresas a investirem em automação e, principalmente, a promoverem mudanças organizacionais.

Nesse quadro, o comércio, como outros ramos da economia brasileira, “enfrenta a crescente competição internacional com a entrada de concorrentes estrangeiros no País. O crescimento da competição entre empresas do ramo favorece o processo de concentração de capitais, a exemplo do que (...) ocorre nos Estados Unidos” (DE ALMEIDA, 1997, p. 141). Neste país, três empresas detêm 75% do segmento de lojas de departamento; já na França verifica-se que seis redes de supermercados detêm 60% do controle do comércio varejista (Ibidem).

O desenvolvimento de estratégias de competição se apresenta como uma exigência para o setor comercial. No tocante aos supermercados, “a opção tem sido oferecer

um leque maior de serviços e, principalmente, entrar no mercado das refeições prontas para competir com os bares e restaurantes” (Ibidem, p. 142). O segmento das grandes lojas tem investido na “focalização e na especialização, substituindo as antigas lojas de departamento que vendiam todo tipo de mercadoria (*full line*), por lojas voltadas para linhas de produtos específicos” (Ibidem, p. 142).

A assinalar que as formas encontradas no mesmo ramo para manter-se competitivo são diversificadas e variam conforme as características da empresa, de acordo com o tipo e o porte do estabelecimento. Daí decorre, por exemplo, que “os caminhos trilhados pelas empresas em busca da competitividade não são homogêneos” (Ibidem, p. 142).

De modo geral, o equipamento mais difundido em grandes e médias empresas é o computador. Ou seja, nas grandes empresas verifica-se a existência da caixa registradora com leitor ótico integrado e controle automático do estoque. Desse modo, as mercadorias são identificadas por um código de barra que contém informações como o preço e o código dos produtos. “Ao passar a mercadoria pelo leitor ótico do caixa, as informações aparecem na tela, sem necessidade de digitar informações. Esse sistema praticamente elimina a tarefa de digitação de valores e reduz o tempo de atendimento de cada cliente” (Ibidem, p. 143). Entretanto, aumentando-se o número total de atendimentos, intensificam-se o uso e o rendimento da mão-de-obra.

O controle integrado de estoque permite que, ao passar pelo caixa, a mercadoria comprada receba baixa no estoque. O aprofundamento desse sistema já tem em perspectiva a possibilidade de integração direta com os fornecedores, de modo que, ao passar pelo caixa, a baixa no estoque seja transmitida imediatamente ao fornecedor, que, então, providenciaria a reposição dos produtos quando estes atingissem um patamar mínimo. Assim, o contato passa a ser feito diretamente com as indústrias, extinguindo-se então a figura do representante comercial.

De forma convergente, os estudos têm mostrado que os postos de nível básico (técnicos, operadores de caixa e vendedores) têm sido bastante impactados, fenômeno este que também se tem constatado nos postos intermediários, como no caso dos encarregados e supervisores (Ibidem). Em função dessa realidade, as entidades patronais do comércio, mais do que as empresas, ascendentemente, têm realçado que a educação e a qualificação dos trabalhadores do setor assumem uma grande importância (LEITE, 1995). A este respeito, por exemplo, a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) integrou-se ao Programa Gaúcho de Qualidade, desenvolvendo ações sistemáticas

com o objetivo de sensibilizar o segmento para a necessidade de investir em qualificação profissional. Nesse sentido, os empresários do comércio têm posto em relevo elementos do tipo de trabalhador pretendido para as lojas; entre outros elementos, referem que:

- 1) “O perfil desejado do vendedor inclui habilidades mais amplas que lhe permitem interagir com o cliente, detectar suas necessidades e apontar as soluções e os produtos mais indicados para seu caso” (DE ALMEIDA, 1997, p. 145).
- 2) A competência “é vista sob dois ângulos: um é a capacidade para fazer o trabalho e o outro é a motivação para o trabalho” (Ibidem, p. 146).
- 3) Características comportamentais como capacidade de relacionamento, saber trabalhar em equipe, carisma e capacidade de liderança são imprescindíveis (Ibidem).
- 4) As mudanças rumo ao auto-atendimento permitem que o cliente circule pelas lojas e faça as suas compras, com um determinado grau de liberdade, devendo o vendedor saber os momentos convenientes de o abordar (Ibidem).

Em função de tal compreensão, os empresários têm desenvolvido programas de treinamento em serviço que, além do aspecto técnico relativo à cada função, contemplam também a dimensão comportamental. Isto é, os programas de formação socio-comportamentais procuram “difundir a filosofia da empresa entre os trabalhadores e estimular seu comprometimento para com a mesma. Sua oferta é centralizada pelas equipes das áreas de RH [recursos humanos]” (Ibidem, p. 150).

Constata-se, portanto, que o mercado de trabalho do setor comercial vem passando por um processo de reestruturação, conforme a abordagem desenvolvida anteriormente sobre o assunto. Nesse sentido, o que tem ocorrido no tocante aos salários é paradigmático. No segmento lojista, o sistema de remuneração se tem caracterizado como de tipo variável, ou seja, “os trabalhadores recebem, mensalmente, um piso mínimo ao qual são acrescidos os valores referentes às comissões, que representam um percentual sobre as vendas realizadas pelo vendedor” (Ibidem, p. 147). Contudo, já se configura um quadro que vai além disso, quer dizer:

Um sistema de remuneração por equipe, no qual as comissões deixam de resultar das vendas realizadas individualmente pelos vendedores e passam a ser o resultado das de toda a loja ou de todo o setor. Esta nova forma de remuneração pressupõe um trabalho em equipe, pois para que as comissões sejam boas, mais do que o esforço individual de um ou outro vendedor, é necessário que todos se esforcem para aumentar as vendas (Ibidem).

Mesmo considerando-se que as transformações no setor comercial não podem ser descritas de modo generalizado, é pertinente, no entanto, entender que o quadro em que elas estão inscritas é um quadro em ascensão, donde se infere, portanto, uma tendência no sentido da propagação das mesmas. É tendo em conta essa perspectiva que interessa focar o tema da qualificação profissional em caos específicos, a exemplo do comércio da cidade de Mossoró.

#### 4. O COMÉRCIO DE MOSSORÓ E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UMA FOCAGEM PRELIMINAR

Com uma população de cerca de 230 mil habitantes, a cidade de Mossoró notabiliza-se por, além de ser a segunda do Rio Grande do Norte, estando situada entre Natal e Fortaleza, ser uma cidade-pólo, para onde convergem as populações dos municípios vizinhos, buscando serviços e alternativas só disponíveis na mesma.

Nesse sentido, o comércio é uma referência, sendo, portanto, um fator de dinamização da economia mossoroense, ao lado da extração de sal e de petróleo. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2003, o comércio de Mossoró – contabilizando-se as unidades de reparação de veículos, objetos pessoais, domésticos, de alojamento e alimentação – é composto por 3.648 estabelecimentos; daí, de acordo com a mesma fonte, tem-se uma estrutura ocupacional de 11.899 pessoas.

Do ponto de vista da representação organizacional, o setor possui quatro entidades: o Sindicato dos Empregados do Comércio (SECOM), a Associação Comercial e Industrial (ACIM), o Sindicato do Comércio Varejista (SINDVAREJO) e o Sindicato dos Hotéis, Bares e Similares. Tem-se verificado no segmento, mesmo que sem a dimensão de outras realidades, um processo de reestruturação do seu mercado de trabalho. A esse respeito, podem ser referidas três indicações.

A primeira diz respeito ao “enxugamento” no ramo de supermercados. Isto é, no processo de automação, a introdução das novas tecnologias tem sido responsável pela redução de postos de trabalho. Ao mesmo tempo, a introdução de mecanismos de gestão no sentido de reduzir custos tem intensificado o uso e a extração de rendimentos da mão-de-obra, a ponto de, segundo o SECOM, comerciários, não suportando a situação, pedirem demissão.

A segunda indicação concerne ao aumento das modalidades de empregos precários, contratos provisórios, terceirizados etc. Aí se tem constatado, por exemplo, que, sob a aparente rubrica de estágios, por vezes, são ocultadas formas de absorção não-onerosas de mão-de-obra, na medida em que, passado o período do estágio, sem avaliação e justificativa plausíveis, os trabalhadores são dispensados.

De algum modo associada à segunda, a terceira indicação refere-se à remuneração dos comerciários relacionada com a gestão da manutenção dos empregos. Em lojas de vestuário, o aumento da modalidade de remuneração baseada nas comissões por vendas realizadas se tem conectado a procedimentos “estratégicos” para reduzir o quadro de pessoal. Ou seja, tem ocorrido de se “inchar” uma determinada loja com estagiários/contratos provisórios que, disputando as vendas, contribuem para a redução dos vencimentos dos funcionários mais antigos, levando estes a optarem pela demissão.

Visto, no caso mossoroense, pelos jovens, como o setor do primeiro emprego e, portanto, como algo transitório, o comércio tem de fato uma inclinação por buscar na juventude/meia-idade a sua mão-de-obra. No tocante à qualificação profissional, o estágio em que se encontra a investigação donde decorre o presente trabalho não permite avançar muitas considerações, pelo menos com um certo grau de segurança, pois a investigação empírica ainda se encontra em curso. Entretanto, é possível pôr em realce alguns elementos.

Por exemplo, em alguns casos, conforme o SECOM, se tem preferido um comerciário **em condições de ser moldado pela própria empresa**, o que significa dizer que, no ato da sua contratação, a sua formação não deve ser ampla. Daí, contudo, há possibilidade de “embarços”, visto que não existem, de forma sistemática, iniciativas de qualificação por parte do empresariado, verificando-se que as ações nesse sentido, no máximo, se reduzem ao repasse de instruções. Assim, não surpreende que existam reclamações dos comerciários no tocante às relações humanas, dado que há o registro até de conflitos entre funcionários na disputa por vendas.

A referir também a deficiência no domínio de noções básicas de língua inglesa. Tendo em conta o trânsito de turistas pelos hotéis e pelas lojas da cidade, verifica-se que essa carência de qualificação é acentuada.

*Last but not least*, a destacar as necessidades de qualificação no âmbito da informática. Uma qualificação que não se limite ao uso **feticizado** e instrumental das tecnologias, pois, tendo este caráter – além do **estranhamento ontológico** ao ser humano –, por vezes, elas mais atrapalham do que ajudam.

## 5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Pode-se perguntar que tipo de conclusão pode expressar um texto referente a uma pesquisa que ainda se encontra em curso. A resposta, óbvio, é que tal conclusão só pode ser – pedindo vênica pela dose de redundância - parcial e provisória, se é que, mesmo quando se termina uma investigação, se pode atribuir uma conclusão em caráter definitivo às suas constatações. Seja como for, como diria Goldmann (1986), não me parece haver nenhum problema com as explicações incompletas, desde que elas não ponham um ponto final em suas afirmações. É este o espírito que preside o presente trabalho.

De resto, da minha parte, não creio que existam razões para dúvidas a respeito da reestruturação pela qual tem passado o mercado de trabalho, bem como não se me apresenta plausível, na atividade de pesquisa, construir abordagens que se limitem ao “recorte” do objeto específico, desconsiderando o todo. Dessa forma, vale realçar metodologicamente, não há como estudar o mercado de trabalho do comércio mossoroense sem considerar a temática mercado de trabalho em sua totalidade. Seria correr o risco de não sair do terreno da mera ideologia, que, convém continuar repisando, espelha de uma forma inversa e, às vezes, perversa uma parte do real – mesmo que se admita que os conceitos nascem rentes à ideologia. Mas esta é uma discussão que não cabe levar adiante aqui, até porque, para as pessoas de mente versada nos jogos do espírito, fica sempre subentendido que as teses são propostas *cun grano salis*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, 1976.
- BOYER, Robert. *La flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte, 1986.
- \_\_\_\_\_. Aux origines de la théorie de la régulation. In : \_\_\_\_\_  
SAILLARD, Yves (Org.). *Théorie de la régulation : l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.
- DE ALMEIDA, Marilis Lemos. Comércio: perfil, reestruturação, tendências. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, n. 61, p. 139-158, 1997.
- DOERINGER, P. B.; PIORE, M. *Internal labour markets and manpower analysis*. Lexington D. C. Health, 1971.

- GOLDMANN, Lucien. *Filosofia e ciências humanas*. São Paulo: Difel, 1986.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível na Internet. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 22 jun. 2006.
- LEITE, Ivonaldo. *Sindicatos, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990*. Tese de Doutorado (Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Portugal: Universidade do Porto, 2003.
- LEITE, M. Inovação tecnológica e relações de trabalho: efeitos e expectativas. In: CASTRO, N. (Org.). *A máquina e o equilibrista*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais para o futuro da sociedade do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. In: *Educação e Sociedade*, n. 35, São Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do anti-valor: capital, força de trabalho e fundo público. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22. São Paulo, 1988.
- PIORE, Michael; BERGER, Suzane. *Dualism and discontinuity in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- RODRIGUES, Maria João. *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SILVESTRE, Jean-Jacques. *Les inégalités de salaires: marché du travail et croissance économique*. Paris: PUF, 1978.